



ESPECIAL ENERGISA

Fique ligado em todas as movimentações do Sinergia CUT

Sindicato faz assembleias nos locais de trabalho da empresa, a partir desta quarta (16), para debater e decidir sobre vários problemas e vários prejuízos para a categoria. Participe!!!

Apesar da pandemia e suas novas variantes, que lamentavelmente continuam a vitimar pessoas no mundo e no Brasil, mesmo com o aumento da vacinação inclusive para crianças, o cenário do caos e da incerteza persiste. Vale lembrar que a Energisa, no começo da pandemia, aproveitou-se do desgoverno atual que, com suas desastrosas medidas provisórias e decretos, só ajudou patrões neste terrível momento que vivemos.

Diante disso, o Sinergia CUT - através do Sinergia Prudente e do Sinergia Campinas - não se intimidou e foi à luta com muita resistência e ousadia para que os trabalhadores e trabalhadoras do setor primeiro pudessem preservar a sua vida e tivessem todas as condições de trabalho necessárias, já que essa atividade essencial não poderia ser interrompida.

Portanto, além das demandas da data base e das negociações da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da empresa, há necessidade de se debater e buscar soluções para inúmeras pendências que atrapalham e prejudicam a vida dos trabalhadores no dia a dia.

Assim, os dois sindicatos estão convocando assembleias para que a categoria debata e decida uma pauta para a PLR 2022, que será encaminhada posteriormente para a Energisa, além de debater também a qualidade atual do Benefício Farmácia, diante da informação recebida pelo Sinergia CUT de que o atual está muito pior do que o praticado anteriormente, para poder exigir que a empresa cumpra o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho e resgate o benefício.

PLR 2021: Energisa mais uma vez desrespeita o ACT de PLR vigente e faz publicações aos trabalhadores sobre os indicadores técnicos

A empresa, em descumprimento ao ACT de PLR vigente, fez uma apresentação dos indicadores técnicos para os trabalhadores, no dia 04 de janeiro passado, descumprindo a cláusula nona e sexta do ACT vigente que rege:

Cláusula 9ª, parágrafo único: Caberá aos membros da COMISSÃO avaliar os indicadores após apuração e fechamento do programa, o que deverá ser feito por escrito, mediante assinatura de ata de reunião convocada para esse fim, preferencialmente, até o dia 30 de abril do ano subsequente do exercício da

PLR. Serão asseguradas aos trabalhadores as condições necessárias para o bom desempenho das atividades pelas quais são responsáveis.

Cláusula 6ª - f) A empresa enviará mensalmente para a Comissão de PLR e para o Sindicato o acompanhamento mensal dos indicadores (BSC), após a validação do programa de PLR, bem como apresentará a cada quadrimestre (janeiro, maio e setembro) a informação do valor total da folha básica de salários (FBS) e número de empregados.

O Sinergia CUT repudiou a falta de legitimidade da Energisa em descumprir os acordos firmados e solicitou uma reunião para tratar do assunto, que ficou agendada para o próximo dia 17.

Lembrando que tivemos o adiantamento de R\$ 1.700, em 02/08/2021, e que o fechamento de todos os indicadores para pagamento final deve ocorrer impreterivelmente até o dia 30 de abril deste ano.

E que o pagamento final da PLR 2021 deve ser realizado até o próximo dia 15 de maio.

PLR 2022: Até quando ficaremos com migalhas?

Há tempos os trabalhadores (as) vêm solicitando melhorias no montante do valor da PLR a ser distribuído, diante do crescimento expressivo que o grupo Energisa vem acumulando.

Mas, o atual modelo de contratação de PLR tem margeado entre o mesmo valor há mais de três anos.

Nesse período, o grupo

que só vem crescendo ano após ano, inclusive com a compra de várias empresas do ramo. A mais recente foi a do grupo Gemini Energy que ocorreu no dia 17 de fevereiro deste ano, pelo valor de R\$ 822,5 milhões.

Diante da falta de interesse da Energisa em melhorar o modelo para pagamento da PLR, o Sindicato elaborou um novo modelo de contratação, que deve ser levado a assembleias para aprovação.

A proposta tem como objetivo reconhecer os esforços e o comprometimento dos trabalhadores (as), proporcionando uma parte justa da PLR.

As assembleias deliberativas ocorrem em toda base da Energisa Sul Sudeste. **A participação de todos e todas é decisiva!**



Benefício Farmácia: se já estava ruim, só piorou...

Depois de muito tempo com a Energisa insistindo em trocar o modelo de reembolso para o atual, com falsas promessas de que a funcional seria melhor do que o plano antigo para os trabalhadores (as), é chegada a hora de dizer a verdade.

Desde que foi implementada a funcional, o benefício traz prejuízos significativos em relação ao plano anterior.

São diversas as reclamações: remédios subfaturados, poucos credenciamentos, demora e falha de sistema para realização das compras, remédios não re-

conhecidos para reembolso mesmo com receita médica, e por aí vai....

Como os trabalhadores já estão “vacinados” com a dose de “bondades” da empresa, o Sindicato, quando negociou a troca para modelo atual, deixou escrito no ACT vigente que:

Cláusula 18ª - Parágrafo 6º: As partes acordam que, até o mês de 03/2022 (março), realizarão reuniões positivas visando acompanhar a utilização do benefício, bem como apurar, junto à entidade sindical, os casos de empregados que apresentaram

problemas na sua utilização.

Parágrafo 7º: Se durante o período de tempo informado acima, restar comprovado que o benefício via Funcional Card não se mostra eficiente, através de deliberação entre as partes, a empresa se compromete a retornar para o modelo anterior, qual seja reembolso via CSE.

Então é chegada a hora de debater também a eficiência desse plano e deliberar o que nos atende em comparação ao plano anterior.

Mais uma proposta que o Sindicato levará para as assembleias.

ANOTE OS DIAS DAS ASSEMBLEIAS

- 16/03/2022:
Catanduva

- 17 e 18/03/2022:
Bragança Paulista

- 22 e 23/03/2022:
Assis

- 23 e 24/03/2022:
Presidente Prudente

PARTICIPE!!!

Mais problemas, mais prejuízos...

Banco de horas e pagamento de horas extras

Depois de muitas denúncias e reclamações feitas pelo Sinergia CUT à empresa, como representante dos trabalhadores, pelo descaso no trato de uma cláusula do ACT vigente sobre o Banco de Horas, a empresa resolveu trocar o sistema do RH.

Mesmo com o novo programa ainda não se tem transparência e clareza, restando muitas dúvidas sobre a quantidades de horas extras que são feitas mensalmente, a quantidade de horas extras que são pagas e a quantidade de horas negativas que vão para o banco de horas.

Várias homologações que foram feitas tinham horas negativas descontadas, Caso de um trabalhador operacional que fez horas todos os meses e não sabe como essas horas foram para o banco negativo.

Isso tudo porque a empresa não está trabalhando com relógio digital e não tem as horas extras na descrição em folha de holerite detalhada.

O Sinergia CUT está elaborando denúncia para MPT (Ministério Público do

Trabalho) e solicitando uma fiscalização sobre o ponto eletrônico.

Para tentar minimizar esse problema o Sindicato fez um diário para que cada trabalhador, que financia a luta, faça seus registros para conferir todo final de mês com a folha de espelho de ponto da empresa, possibilitando fazer um comparativo para ver se há ou não horas sendo anotadas erradamente.

Adicional de Periculosidade

Após o Sinergia CUT cobrar da empresa, o erro no pagamento da Peri por Moto dos leituristas da ESS, um total de 41 trabalhadores, a empresa admitiu um erro no sistema, fazendo um cálculo a maior na segunda parcela do 13º salário de 2021.

Como o erro foi por parte da empresa, as entidades negociaram para que a devolução fosse feita conforme as condições do trabalhador.

Esse erro ocorreu justamente porque a empresa, não paga a Peri por moto aos leituristas nas férias, faz o cálculo de 11 meses pagos, divide por 12 meses trabalhados para o pagamento do 13º salário e assim acaba pagando um valor diferenciado.

O Sinergia CUT está consultando o Jurídico para providências, por entender que a periculosidade não pode ser paga de forma taxada.

PIS

O Sindicato apontou mais uma falha da Energisa: muitos trabalhadores não receberam o PIS, pois a RAIS, documento da empresa apresentado para União, foi paga fora do prazo. Segundo a empresa, o Ministério Público deu até o dia 31 de março para que normalize a situação. O Sinergia também está acompanhando isso.

ADD/ADV

Outro absurdo é que os trabalhadores estão pagando do próprio bolso a refeição e ainda têm que esperar, muitas vezes por meses, para o devido e demorado reembolso da empresa.

“Entemos que a empresa faz cursos e programações de férias para um ano de execução e que, portanto, tinha que estar nessa programação, as substituições com o total de seus direitos em benefícios do ACT vigente, cumprido antecipadamente”, alerta a direção do Sinergia CUT.